

DOSSIÊ

# PRÁTICA METACRÍTICA: a configuração de novas narrativas jornalísticas

Copyright © 2017  
SBPjor / Associação  
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

MARTA REGINA MAIA  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

RAFAEL DRUMOND  
*Jornal A Sirene, Brasil*

CAIO MACEDO RODRIGUES ANICETO  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

DOI: <http://dx.doi.org/10.25200/BJR.v13n2.2017.984>

**RESUMO** - Está em andamento, no campo da comunicação, um esforço para o mapeamento das possibilidades de crítica de mídia, já que são várias as modalidades de estudo nessa área. Nesse caso, propomos um olhar sobre a metacrítica jornalística que emerge a partir de culturas de trabalho financiadas por modelos alternativos – redesenho organizacional que vem possibilitando a circulação de novas narrativas sobre o social. Partindo do lugar contra-hegemônico que vitaliza esse outro jornalismo, recorremos, metodologicamente, ao estudo de caso em consonância com a análise de narrativas produzidas no contexto do projeto Ponte: *Direitos humanos, justiça e segurança pública*.

**Palavras-chave:** Narrativas. Mídia. Jornalismo. Crítica. Ponte.

## PRÁCTICA METACRÍTICA: la configuración de nuevas narrativas periodística

**RESUMEN** - Está en proceso, en el campo de la comunicación, un esfuerzo para el mapeamiento de las posibilidades de crítica de los medios, ya que son diversas modalidades de estudio en esa área. En este caso, proponemos un examen sobre la metacrítica que emerge a partir de culturas de trabajo financiadas por modelos alternativos – otro dibujo organizacional que viene possibilitando una circulación de nuevas narrativas sobre la vida social. A partir del lugar contra-hegemónico que vitaliza ese otro periodismo, emprendemos, metodológicamente, un análisis y estudio de caso de las narrativas producidas en el contexto del proyecto del *Ponte: Derechos humanos, justicia e seguridad pública* (Ponte: Derechos humanos, justicia y seguridad pública).

**Palabras clave:** Narrativas. Mediatización. Periodismo. Crítica. Ponte.

## **METACRITIC PRACTICE: a configuration of new journalistic narratives**

**ABSTRACT** - An ongoing effort is being made in the field of communication to map the possibilities of media criticism, since there are several modalities of study in this area. In the present paper, we propose a glance at the journalistic metacriticism that emerges from work cultures financed by alternative models – an organizational redesign that has made the circulation of new narratives about social life possible. Starting from the counter-hegemonic place that vitalizes this other journalism, methodologically, we resort to analyzing and case studying narratives produced in the context of the project Ponte: Direitos humanos, justiça e segurança pública. (Ponte: Human rights, justice and public safety).

**Keywords:** Narratives. Mediatization. Journalism. Criticism. Ponte.

### **Introdução**

Este artigo levanta reflexões sobre novas experiências jornalísticas que conseguem articular diferentes manifestações editoriais, tendo em vista os valores contra-hegemônicos que, em diferentes níveis, alimentam tais práticas. Não se trata, contudo, de romancear as condições de produção, recepção e circulação dessas narrativas, mas de reconhecer o ânimo que distingue tais modalidades de trabalho daquelas empreendidas pelas corporações jornalísticas orientadas pela noticiabilidade financeira e pelo dever de assessoria a atores políticos específicos.

No jornalismo objeto desta reflexão, a noção de alternativo emerge mais nas condições sociotécnicas que vitalizam suas narrativas, do que, necessariamente, em uma mudança deontológica em relação ao horizonte de expectativas da profissão. Contudo, é inegável que os deslocamentos estruturais de uma sociedade que se mediatiza velozmente trazem consequências para os modos de fazer do jornalismo contemporâneo, tanto em sua relação com o espaço (cada vez mais *global*), quanto em sua relação com a amálgama de temporalidades intrínseca ao presente mediatizado.

Nesse cenário, o jornalismo precisa dar conta de um “agora”

múltiplo e estilhaçado, e, ainda, ser capaz de lançar leituras sociais que ofereçam balizas ao complexo jogo de temporalidades da vida social contemporânea. Desse imperativo, emerge a noção do jornalista como um crítico da (fraturada) realidade social; leitor do presente capaz de propor hermenêuticas nas quais a enunciação das crises possa gerar não apenas denúncias, mas também miríades de alternativas e possíveis. Entendemos que na natureza desse fazer reside uma ação metacrítica, isto é, uma crítica estrutural que, antes de ser dirigida a um objeto externo, converte-se em pressuposto criador de um modo de fazer; um princípio que oferta sentidos éticos ao exercício da profissão, aos modos de relação com o outro, a dimensão ativa e transformadora implícita ao gesto de narrar.

Para dar conta dessa reflexão, estruturamos esse artigo em três partes: (1) na primeira, apresentamos um diagnóstico preliminar das alterações introduzidas no mundo do trabalho jornalístico pela midiatização social; (2) na sequência, discorremos sobre alguns aspectos da atividade crítica aplicada ao jornalismo e delineamos a noção de metacrítica nesse contexto; (3) por fim, apresentamos um estudo de caso realizado com o “Projeto Ponte”, no qual essa metacrítica lança bases para outra abordagem sobre o jornalismo do tipo policial, evidenciada por alguns elementos configurantes das produções, como as fontes acionadas no relato, a atribuição de voz narrativa e a inserção reflexiva do jornalista-narrador.

## 2. Jornalismo hoje

O processo de midiatização espalha-se em todas as esferas sociais ao ofertar sentidos diversos para indivíduos ávidos por informações e explicações sobre o mundo vivido. Refletir, portanto, sobre o campo jornalístico é também pensar a articulação desse campo com as camadas simbólicas que são constituídas a partir das temporalidades justapostas ou sequenciais da contemporaneidade.

Como nos atualiza Roger Silverstone (2010), a midiatização pode ser descrita “como um processo fundamentalmente dialético, ainda que nem sempre igual, em que os meios de comunicação institucionalizados fazem parte da circulação geral de símbolos no interior da vida social” (p. 168, tradução nossa). Essa definição nos coloca a questão sobre o papel da prática jornalística nesse contexto, visto que, há algumas décadas, os meios de comunicação enceta-

vam proeminência de significados à circulação de informações. Novas condições, proporcionadas em especial por novas tecnologias e formas interacionais, instauram procedimentos que configuram relações comunicativas diversas no interior da sociedade e inscrevem o sujeito a montante e a jusante em sua escritura social.

Na esteira dessa perspectiva, podemos observar que as práticas jornalísticas contemporâneas rompem com velhos parâmetros e conceitos oriundos de formas de organização já superadas pela trajetória de flexibilização delineada no mundo do trabalho. O fazer jornalístico, ao menos durante o século XX, tinha como ponto de sustentação de sua rotina produtiva o espaço localizado das redações dos grandes veículos de comunicação. Logramos dizer que, hoje, na segunda década do século XXI, há uma inversão dessa lógica de estruturação.

Não obstante a constatação da ampla redução do papel das redações no campo jornalístico, é mister notar que funções são subvertidas, processos disjuntivos amealham as sobras do ambiente formal desses espaços tradicionais desestabilizando organizações e promovendo novas reconfigurações do campo.

Os processos “pós-industriais” de trabalho (Deuze & Witschge, 2015) impactam de forma acintosa o processo de produção da informação, levando-nos à reflexão sobre as fronteiras entre as organizações do trabalho, antes mais definidas e estáveis para condições de trabalho mais flexibilizadas e desregulamentadas. Diante desse cenário, como nos alertam Deuze e Witschge (2015), os jornalistas têm que ultrapassar referências organizacionais convencionais e ir “além do jornalismo”, o que conduz ao tensionamento do real, na medida em que eles, desprovidos da segurança e benefícios que a profissão dispunha anteriormente, devem enfrentar, de maneira engajada, as adversidades e as novas perspectivas oriundas dessa situação.

Um cenário que, para Eric Neveu (2010), pode ser descrito a partir de, pelo menos, cinco aspectos principais, a saber: 1) alteração do perfil identitário do jornalista, agora menos especializado e pouco afeito ao processo de apuração *in loco*, subsumido a um “trabalhador da informação”; 2) Crescente profissionalização das fontes, que ampliam e reforçam sua influência no processo de produção da informação; 3) advento de megacorporações no campo midiático, participantes do processo global de flexibilização da mão de obra e ávidas por lucro e rentabilidade; preocupadas, portanto, com a redução dos custos de produção; 4) o surgimento da chamada convergência midiática, que aciona a captação a partir dos diversos meios de

comunicação e é fortemente condicionada pela velocidade do fluxo informacional; 5) a existência de narrativas que buscam romper com a cobertura burocrática em curso.

Como nota Klinenberg (2005), se é consensual que os produtos midiáticos são centrais às operações de diferentes campos de ação, é surpreendente que a sociologia tenha parado de investigar como as organizações responsáveis pela criação e difusão de informações funcionam: pesquisas sobre a sociologia do trabalho midiático estão, segundo o autor, “ultrapassadas há décadas e não são mais confiáveis para descrever a rotina de uma redação jornalística” (p. 49, tradução nossa). Klinenberg percebe que, desde a década de 1970, as maiores companhias midiáticas norte-americanas evoluíram através de quatro estratégias-chave de desenvolvimento: primeiro, tirando as empresas de mãos privadas (resultando geralmente no fim do monopólio de famílias ricas ligadas ao trabalho jornalístico), gerando capital com ofertas públicas de ações, e reformando a missão corporativa de modo a satisfazer as metas e demandas dos acionistas. Depois, trazendo novos gerentes corporativos para agilizar os sistemas produtivos dentro das redações e reduzir custos laborais. Terceiro, fazendo investimentos massivos e tecnologias de comunicação digital e refazendo a infraestrutura corporativa. Por fim, estabelecendo linhas de integração horizontal na empresa, “o que significava adquirir ou fundir-se com outros provedores e distribuidores de conteúdo, como estações de televisão, companhias de Internet e revistas, vinculando tanto marketing como divisões noticiosas através de firmas subsidiárias” (Klinenberg, 2005, p. 52, tradução nossa).

No caso do Brasil, os dados corroboram esse diagnóstico. Pesquisa realizada entre 2009 e 2012 pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da ECA-USP, liderada pela pesquisadora Roseli Fígaro, aponta as mudanças ocorridas no mundo do trabalho dos jornalistas de São Paulo. Embora utilize, como recorte, o estudo das condições de um estado específico do país, apresenta alguns dados que podem ser considerados de maneira mais geral. Fígaro (2013) aponta que:

A reestruturação produtiva ocorrida no mundo do trabalho, principalmente a partir dos anos 1990, transformou as relações de trabalho. Foi a partir dessa década que aumentou o número de jornalistas contratados sem registro em carteira profissional, abrindo caminho para o surgimento de novas formas de contratação, como a terceirização, contratos de trabalho por tempo determinado, contrato de Pessoa Jurídica (PJ), cooperados e freelancers, entre outros. (pp. 8-9).

O impacto que essa nova tendência opera no mercado de trabalho incide diretamente na ampliação das instituições produtoras de notícias (Neveu, 2010). O fechamento, em alguns casos, e a redução, em outros, de grandes redações jornalísticas levam a um tipo de empreendedorismo independente por parte de muitos jornalistas que foram excluídos desse processo ou que nem chegaram a integrá-lo. Novas narrativas irrompem a realidade a partir dessa ótica e serão objeto de análise mais à frente. Por outro lado, assistimos um verdadeiro *boom* de informações produzidas por fontes altamente profissionalizadas, seja pela influência aos jornalistas, seja pela produção de materiais institucionais de longo alcance.

É o evento que Klinenberg denomina “ciclone de notícias”: o ciclo temporal para a produção de notícias na era da produção digital tornou-se radicalmente diferente, resultando em um emaranhado de padrões noticiosos infinitos e erráticos. As fronteiras temporais do dia jornalístico foram erradicadas pelos canais de notícia 24 horas na televisão e pelos sites instantâneos, criando “uma atmosfera informacional em que sempre há uma manchete a ser produzida, consumida e – para repórteres e seus alvos – que gera reações” (2005, p. 54, tradução nossa). Como enfatiza o autor, as preocupações em relação à eficiência pressionam os jornalistas a abandonarem formas tradicionais de apuração em favor da forma mais fácil e acessível de obter informação: notícias já disponíveis online. Tal prática resulta diversas vezes em notícias incompletas, com dados falsos e incorretos. “Na luta contra o relógio e no olho do ciclone, os repórteres tornam-se mais suscetíveis a divulgar informações sem averiguar sua veracidade” (2005, p. 56, tradução nossa).

Para Stephen Reese (2005), seria útil considerar o conteúdo midiático dentro de um quadro analítico variável nas pesquisas de comunicação. O problema reside no fato de os estudos tradicionais no campo serem compostos por questionários e experimentos controlados, isolando um efeito de interesse – a esfera da sociologia da mídia, no entanto, “é muito mais diversa, bagunçada, e varia através de muitos níveis de análises e tradições de pesquisa” (p. 33, tradução nossa). O conceito de profissionalismo, por exemplo, é único e básico dentro da sociologia da mídia, mas contém em si aspectos de significado amplamente distintos. Segundo o autor, o profissionalismo pode ser considerado um valor individual adotado, ou uma característica de indivíduos que indica o grau a qual estão comprometidos com as normas e perspectivas compartilhadas da empresa. Ou ainda,

a extensão com a qual o indivíduo incorpora em sua prática de trabalho os procedimentos de reportagem de forma “ritualisticamente estratégica” – ou seja, “é profissional o jornalista que aceita e cumpre com as demandas requeridas pela organização de acordo com suas regras, transformando este mesmo conjunto de normas em um escudo quando confrontado pelo público ou outros críticos” (pp. 35-36, tradução nossa).

Nesse ponto, o autor sugere que a globalização afetou de tal maneira às práticas sociais e institucionais que podemos dizer que o jornalismo tornou-se globalizado em diversos graus, rompendo velhos paradigmas e os reconfigurando em formas que não podem ser levadas em conta apenas pelas práticas locais ou nacionais de produção noticiosa. Mais especificamente, Reese nota o surgimento de uma “arena noticiosa global”, em que a informação é mais sincronizada no espaço e no tempo, “onde os produtos noticiosos estão abertos mais transparentemente ao escrutínio mundial e avaliados segundo padrões normativos mais universalmente disponíveis” (p. 40, tradução nossa).

Essas alterações podem convergir para uma mudança significativa do processo de captação e até mesmo da edição das informações. Para Eric Neveu, surge um novo profissional do campo, o “trabalhador da informação”, que estaria mais apto a retratar ou reciclar notícias em circulação. Esse trabalhador “não faz muito trabalho de campo, mas trabalha com os comunicados das agências de notícias, as declarações das instituições, das empresas e dos funcionários do governo” (p. 41, 2010). Ao mesmo tempo, o autor apresenta algumas possibilidades e práticas jornalísticas que questionam esse *modus operandi*, como a criação de novos gêneros e o uso da criatividade em produções da área. Algumas questões, portanto, aparecem abalizadas por esse diagnóstico: quais mecanismos são acionados para a produção das notícias? Qual o impacto dessa nova forma de organização do trabalho nas narrativas jornalísticas atuais? Como as narrativas são configuradas a partir desse cenário? É possível novas articulações ético-político-editoriais a partir desse cenário?

As respostas não são simples e nem definitivas, mas podem ser esboçadas sob o espectro da midiaticização, que aponta para a ampliação das narrativas e dos modos de narrar<sup>1</sup>. Como nos aponta Paul Ricoeur, é preciso acreditar que “novas formas narrativas, que ainda não sabemos nomear, e que já estão nascendo, irão atestar que a função narrativa pode se metamorfosear, mas não morrer” (2010, p. 50).

Essa visada se coaduna com a reflexão proposta por Bruno Souza Leal (2013), que aponta a ampliação de novos modos de narrar (em especial, por intermédio de reportagens e livros não ficcionais) em sua dimensão acional, em que “o ‘receptor’ não é o fim da narrativa, mas a condição para sua perpetuação [...] É como ‘receptores’ – ouvintes, leitores, etc. – que nos tornamos também narradores” (p. 33). A partir dessa perspectiva, propomos um olhar mais atento a uma experiência jornalística ousada (entre tantas outras que poderiam aqui ser apresentadas), que humaniza a narrativa da violência ao ampliar as fontes do chamado “jornalismo policial”, que, aos menos nos meios tradicionais, apresenta traços conservadores e muito afeitos ao uso de fontes oficiais, no caso, autoridades policiais.

O trabalho aqui proposto baseia-se nesse rápido diagnóstico do campo jornalístico, no papel da crítica na atualidade e na produção inovadora do canal de informações *Ponte: Direitos Humanos, Justiça e Segurança Pública*, tendo como norte metodológico o estudo de caso e a análise das narrativas jornalísticas a partir da transparência dos métodos de captação e da identificação das fontes principais das matérias e reportagens produzidas por este coletivo de jornalistas.

### 3. Crítica hoje

A partir do diagnóstico traçado no item anterior, propomos uma reflexão sobre a crítica jornalística em face das mudanças engendradas pela acelerada midiatização social. Para tanto, levantamos três aspectos fundamentais para a instalação do debate contemporâneo sobre a noção de “crítica”; termo opaco que abriga um universo significativo menos autoevidente do que o senso comum faz supor. São eles: (1) a falência da noção metafísica de crítica em vista da necessidade pungente de colocação da reflexividade no âmbito empírico da experiência; (2) a relevância de uma cartografia da crítica como estratégia de conhecimento de campo e da proposição, em nível epistemológico, de uma metacrítica (cf. França, 2014); (3) a formulação de uma *narratividade* [ênfase nossa] capaz de colocar em curso um ofício crítico não apenas judicativo ou hermenêutico, mas também e, sobretudo, prático (cf. Silva & Soares, 2013). Importante salientar que os apontamentos aqui registrados focalizam o exercício da crítica no contexto da prática jornalística contemporânea, ainda que a análise de tais processos possa se derivar para o contexto mais amplo das práticas midiáticas.

Ao que interessa a esta argumentação, destacamos a proximidade intrínseca desta epistemologia propriamente contemporânea às condições sociotécnicas imanentes às atuais sociedades midiáticas, conforme registrado no início do trabalho. Aproximamo-nos, assim, do objeto direto desta análise: a crítica jornalística. Para tanto, torna-se necessário levar em conta as complexidades envoltas nas culturas de trabalho e nos modos de circulação de notícias que caracterizam as sociedades de hoje, em estado avançado de midiaticização. Em vista deste objetivo, esboçamos um mapeamento sumário das formas de crítica no contexto jornalístico, para, na sequência, esboçar diretrizes a uma criticidade com vistas ao futuro.

Tendo em vista a aplicabilidade das noções manejadas, traçamos um breve mapeamento sobre o exercício da crítica no contexto do jornalismo. De saída, compartilhamos a sensação de que, no caso da experiência brasileira, o jornalismo não tem se valido, até hoje, de formas suficientemente sólidas de criticidade. Há, neste apontamento, um fator primário que justificaria a fraqueza da relação: a cumplicidade comercial e política de parcela expressiva das mídias tradicionais que nos coloca diante de um quadro no qual a (auto) crítica foi subsumida pela “privatização” da profissão. Não nos parece coincidência que nosso jornalismo seja tão pouco afeito a práticas de ouvidoria, ou ainda, que as propostas regulatórias de mídia sejam largamente encaradas como gestos de censura.

Apostamos, contudo, no mapeamento dessas manifestações críticas para além da economia narrativa dos produtos jornalísticos tradicionais. Consideramos que a serventia política explícita da maior parte dessas narrativas não serve apenas à precarização do jornalismo brasileiro, mas acaba por, colateralmente, estimular o surgimento de trabalhos críticos-analíticos no interior do próprio campo, assim como na sociedade em geral. A nosso ver, reside, particularmente nesta segunda dimensão (processualidade sociomidiática ampla), uma potente relação entre a crítica e a configuração midiaticizada que caracteriza os fluxos comunicacionais contemporâneos. Conforme colocado por teóricos da midiaticização como Eliseo Verón (2004), José Luiz Braga (2006) e Antônio Fausto Neto (2008), as mudanças estruturais implicadas nesses processos deslocaram as dinâmicas de produção e de circulação de narrativas, o que permite à sociedade reelaborar o trabalho gerado pelas agências tradicionais da informação. Ocorre assim, de acordo com Fausto Neto, “a disseminação de novos protocolos técnicos em toda extensão da organização social,

e de intensificação de processos que vão transformando tecnologias em meios de produção, circulação e recepção de discursos” (Fausto Neto, 2008, p. 92).

No entanto, para entendermos a crítica social difusa em sua dimensão jornalística, consideramos todo o trabalho desenvolvido em torno da gestão social da informação como práticas inerentes à nossa compreensão de jornalismo; o que nos permite apontar que os deslocamentos suscitados por experiências cada vez mais midiaticizadas estão permitindo um tipo de ação crítica que evidencia as disputas e as opacidades intrínsecas ao mercado informativo. Trata-se de uma atividade crítico-interpretativa capaz de, no contexto da midiaticização social, alcançar circuitos estendidos de visibilidade, processo do qual Braga (2006) vê emergir um possível “Sistema de Resposta Social”, responsável pelos processos interacionais da sociedade com os produtos midiáticos.

Por estas brechas, cada vez menos saturáveis, é que podemos ler a potência do trabalho crítico desenvolvido pelo próprio campo jornalístico – como acontece, por exemplo, através da contranarratividade que as mídias alternativas interpõem ao fluxo orquestrado pelo sistema midiático-corporativo ou a partir das ações difusas agenciadas pelos novos narradores que, contemporaneamente, integram a pragmática da nossa cultura de mídias. Destacamos alguns projetos cuja existência se dá justamente no entremeio deste chamado Sistema de Resposta Social e do Sistema Produtivo, tradicionalmente assentado. Referimo-nos às iniciativas alternativas à grande mídia e colaborativas (*Ponte, Mídia Ninja, Jornalistas Livres, A Pública*, entre outras), manifestações jornalísticas que nascem das condições intrínsecas à midiaticização social e que, cada vez mais, avançam no sentido da profissionalização de suas culturas de trabalho.

No caso desse jornalismo, desvincilhado das grandes agências noticiosas, ressaltamos que o exercício da crítica se dá tanto de forma explícita (evidenciando os enquadramentos tendenciosos, as oclusões, o léxico suspeito utilizado pela mídia convencional), quanto na própria adoção de posturas compatíveis às expectativas destes profissionais em relação ao mercado informativo. A ação performativa da crítica – fincada não só na negatividade daquilo que é refutado, mas, principalmente, na orientação do que é colocado como valor prático – pode ser percebida na própria seleção das pautas que compõe a tipologia noticiosa dos coletivos (tipologia, em geral, desprivilegiada pelas coberturas convencionais); bem como

na adoção de formatos e culturas de trabalho que encarnam outras lógicas funcionais e expressivas (em termos técnicos, estéticos, administrativos).

Outra dimensão importante da crítica jornalística pode ser constatada nos *observatórios de imprensa*. Esses espaços – em geral, alimentados por profissionais da área ou cidadãos interessados no debate sobre a produção da informação –, desempenham o papel de articular uma crítica especializada, ancorada na experiência de sujeitos familiarizados com o campo jornalístico e seus gêneros textuais. Como efeito dessa intencionalidade compartilhada (a reflexão sobre o jornalismo praticado em diferentes contextos sociais), esses observatórios revelam-se espaços estratégicos para o soerguimento de uma comunidade de interesse na qual a informação é processada, social e individualmente, de forma suspeitosa e complexa.

De forma análoga, não poderíamos deixar de citar a crítica que este próprio texto busca funcionalizar: a crítica de caráter acadêmico. Tal como no caso dos observatórios, trata-se de uma criticidade impregnada dos condicionantes linguísticos que restringem parte de sua eficácia às relações dinamizadas em determinado circuito narrativo. Em relação a essa crítica ao academicismo – posicionamento salutar e inequívoco –, vale acrescentar que é desse circuito, à primeira vista fechado, que nascem os processos de formação dos jornalistas do futuro. Assim, mais do que considerar o discurso acadêmico a partir da tautologia que nutre parte de seus pares, optamos pelo foco no trabalho crítico direcionado não apenas à reflexão teórica, mas que se revela também capaz de, a partir destes levantamentos, estabelecer uma pedagogia igualmente crítica e reflexiva aos jornalistas em processo de formação profissional.

Para finalizar este mapeamento, apontamos uma forma bastante conhecida de crítica ao exercício da profissão: a figura do *ombudsman* ou ouvidores. Sobre o tópico, resignamo-nos em relação à inexpressividade desse agente no contexto de produção da notícia no Brasil, sintoma que evidencia a insuficiência da interatividade entre a sociedade e seus veículos informativos, bem como a carência da reflexividade intrínseca ao próprio campo. Contudo, não poderíamos diminuir o fundamento do *ombudsman* à subserviência de profissionais que assumem para si as expectativas de trabalho daqueles que lhe chefiam e que, assim, desoneram-se da função pública.

A partir desse mapeamento, sumariamente traçado, colocamo-nos a serviço da reflexão sobre a crítica jornalística para além das

noções de julgamento e interpretação, vista, agora, particularmente como modo de ação. Pensamos junto a Silva e Soares (2013, p. 835) no sentido da compreensão de que “a finalidade última de qualquer crítica, que deseja, extrapolando o esforço de compreensão, [é] promover alguma ação de transformação do mundo”.

Para tanto, assumimos o pressuposto que a crítica não deve se valer apenas do imperativo ético responsável por regular e prescrever formas de agir em contextos já determinados pela ação política, mas antes, deve se empoderar como modo de (re)ver os contextos que lhe determinam. Aplicando tal reflexão ao contexto jornalístico, defendemos a importância da crítica se erguer não apenas contra a fraqueza moral e a incompetência técnica de muitas manifestações autoproclamadas jornalísticas; mas que ela possa também se ancorar em uma reflexão, gestada nos seus modos de produção, capaz de referenciar, positivamente, seu próprio futuro.

Visa-se, assim, romper com a crítica que só se coloca em posição de externalidade em relação aos seus objetos. Emerge-se, em contrapartida, uma noção autocrítica e autorreflexiva de jornalismo que evoca, destemidamente, a geração de conflitos na materialidade de suas textualidades, no âmbito de sua própria modulação discursiva. Nessa direção, poderíamos tentar ler esse jornalismo, na perspectiva de Rancière (2012), como um jornalismo, de fato, político (diferente de um jornalismo orientado por temas políticos): narrativa capaz de não apenas gerar uma figura de visibilidade, mas também de inscrever, em sua aparição, a opacidade processual inerente a suas mediações constitutivas.

Considerando a perspectiva da inscrição dessas mediações, podemos entender que esse jornalismo possível, crítico sobre si, seria não apenas um recurso a favor da criticidade do presente, mas, ainda, um mecanismo gerador da potência historiográfica dessas narrativas. Nessa abordagem, suspeitamos da ideia do jornalismo como “escrita taquigráfica do presente”, perspectiva que, outrora, oferecia valor histórico-documental ao jornalismo produzido em certo tempo. Considerando ainda os desafios colocados pela sociedade midiaticizada de hoje – incluía-se no pacote a questão a legitimidade e da oficialidade das fontes e, ainda, a própria revisão da episteme histórica de caráter metanarrativo –, parece-nos ético e político considerar que o valor de posteridade das narrativas será tanto maior quanto mais evidentes forem as múltiplas formas de autoria “inscritas na sua escrita”.

Essa condição, por sua vez, só pode ser alcançada a partir do

momento que o crítico colocar a natureza de seus discursos e narrativas em perspectiva social e individual; e ainda, a partir da capacidade crítica de gerar percepções ampliadas sobre a realidade e, principalmente, de operacionalizar as transformações advindas destas percepções. Por esta visada, a crítica formal deve romper com a visão administrativa que busca funcionalizar os produtos culturais a partir de uma leitura em superfície da experiência social, sendo, tanto mais potente, quanto mais assumir para si o sentido político da atividade estética: modo gerador de dissensos (conflitos ou desentendimentos) capazes de romper com a habitualidade dos fluxos reguladores do cotidiano; rupturas estratégicas que interceptam, no âmbito da narrativa (e, de forma análoga, da crítica), modos possíveis de relacionar as temporalidades em situação de devir textual.

#### **4. Ponte do futuro**

Entre as várias modalidades da crítica hoje, temos, como proposta, neste trabalho, a análise de uma prática metacrítica inovadora que, nos termos indicados por Silva e Soares (2015), “empreendem uma crítica àquilo estabelecido como padrão, realizando-a não como uma análise sobre a mídia, mas no próprio fazer midiático” (p. 3). Apesar de discutirmos, no início do texto, a reconfiguração das redações jornalísticas de forma geral, ao restringir a análise às narrativas da *Ponte* resistimos à “tentação de propor questões sobre o jornalismo a um nível global, dada a qualidade frequentemente mais transnacional da prática” (Reese, 2005, p. 29, tradução nossa), admitindo que o global reconfigura espaços e reconstitui relações já em operação, e que na busca pela percepção desses espaços a consulta a modelos mais básicos de pesquisa e estruturação midiática podem oferecer um passo cauteloso em direção de uma compreensão macrodimensional das novas formas de fazer jornalismo.

A partir dessa perspectiva, optamos pelo estudo de caso em consonância com a análise das narrativas do site por entender que esse objeto de estudo específico pode contribuir para a compreensão mais ampla do próprio exercício jornalístico. Magda Ventura (2007) indica, de maneira sucinta, as vantagens dos estudos de caso: “estimulam novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatizam a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo [...], além de permitir uma análise em

profundidade dos processos e das relações entre eles” (p. 386). O aspecto negativo apresentado pela mesma autora, entretanto, aponta limitações nesses procedimentos: “A mais grave, parece ser a dificuldade de generalização dos resultados obtidos” (p. 386). Assume-se, de todo modo, que esse trabalho ainda se encontra em fase exploratória, em virtude, inclusive, desse assunto ser relativamente recente nos estudos do campo. Para tanto, optou-se pelo uso de critérios e técnicas específicas de análise, como deve ser o estudo de casos específicos, e pela análise de narrativas conforme já apontado na Introdução.

O site jornalístico *Ponte: Direitos Humanos, Justiça e Segurança Pública* foi ao ar no dia 26 de junho de 2014, fundado por uma equipe de jornalistas que, em sua grande maioria, possui ampla experiência em redações de veículos brasileiros tradicionais. Na carta de apresentação do site<sup>2</sup>, declara que a iniciativa “surgiu da convicção de um grupo de jornalistas de que jornalismo de qualidade sob o prisma dos direitos humanos é capaz de ajudar na construção de um mundo mais justo”. Os autores exprimem no texto o objetivo de visibilizar questões “omitidas pela mídia comercial”, levando ao público “informações sobre o que está silenciado e encoberto”:

Histórias como a de José, 17 anos, negro, preso na própria casa por um crime que não cometeu e cujas provas que atestavam sua inocência foram ignoradas pela polícia, pela promotoria e pelo tribunal. Ou a de mais um José, 20 anos, que segundo a polícia, atirou contra a própria cabeça mesmo estando algemado com as mãos para trás. E de tantos outros Josés, Amarildos e Claudias. Pretendemos, via um jornalismo investigativo e livre de compromissos econômicos, agendar o debate público, levar o Estado e a sociedade a buscar soluções para a desigualdade, a injustiça e a opressão. (Recuperado de <http://ponte.org/contact/>).

A *Ponte* estrutura-se sob um modelo produtivo distinto ao das grandes redações, das quais muitos integrantes do projeto são oriundos. O canal tem suas bases na “formação de um coletivo de profissionais” que se organizam em “torno de um ideal, num projeto sem fins lucrativos, sem nenhum tipo de filiação partidária e aberto ao diálogo e à colaboração da sociedade”. É interessante notar a ocorrência do termo “ideal” na carta de apresentação dos jornalistas, já que esta é uma palavra proibida quando se trata de preservar a mitológica máscara da objetividade vestida pelas empresas jornalísticas tradicionais, ou como denominam os autores da carta, da “mídia comercial”. A *Ponte* renuncia à suposta passividade da figura do repórter diante dos acontecimentos, admitindo sua reunião em torno

de um *ideal* – não negando a influência de suas ideologias individuais e coletivas no processo de produção de notícias.

O canal conta com o apoio financeiro da Agência *Pública* de jornalismo investigativo, organização “que visa ao fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos”<sup>3</sup>. Além disso, o site tem como apoiadores mais de 40 instituições e 52 indivíduos divididos entre artistas, intelectuais, empresas de jornalismo independente, ONGs e coletivos nacionais.

Atualmente, a *Ponte* tem 13 repórteres fixos em sua equipe, mais seis colaboradores ocasionais. O processo de formulação das notícias ocorre também através de interação com leitores: a organização aceita pautas de reportagens propostas por jornalistas e fotógrafos, para as quais o canal pretende se “tornar um para-raios das melhores e mais sinceras colaborações”<sup>4</sup>. Não existe remuneração – todo trabalho produzido para o site é voluntário.

Em entrevista ao site “Casa dos Focas” publicada em 26 de agosto de 2015, um dos fundadores da *Ponte*, Bruno Paes Manso, critica, duramente, alguns programas policiais:

Programas como os de Datena e Marcelo Rezende são grandes males da alma de São Paulo: aumentam o *medo*, reforçam estereótipos e uma visão simplista da realidade. [...] Eles estão explorando a morbidez e o medo das pessoas para ganhar dinheiro. Ao mesmo tempo, eles fazem sensacionalismo. Eu acho péssimo, *eles não fazem Jornalismo: fazem entretenimento mórbido*. (Recuperado de [www.casadosfocas.com.br/nunca-tivemos-tanta-possibilidade-de-discutir-jornalismo-como-hoje-a-firma-bruno-paes-manso](http://www.casadosfocas.com.br/nunca-tivemos-tanta-possibilidade-de-discutir-jornalismo-como-hoje-a-firma-bruno-paes-manso)) [ênfase nossa]

A fala de Paes Manso remete à ideia de “memória do medo” proposta por Leticia Matheus (2011) ao tratar das narrativas jornalísticas de cunho sensacional. Segundo a autora, certas coberturas midiáticas lançam mão de elementos de teatralidade e drama para construir um pânico que se alastra temporal e espacialmente na representação midiática da violência. No caso dos programas citados pelo jornalista da *Ponte*, o sensacionalismo é mais perceptível porque seus elementos melodramáticos (Amaral, 2007) são mais escancarados – as notícias são declamadas de forma hiperemocional, entre interjeições de ultraje e discursos inflamados.

No caso dos veículos tradicionais, o melodrama ainda existe, mas de forma muito menos óbvia, camuflada sob textualidade aparentemente objetiva, linguagem “neutra” e glacialidade narrativa. Ao analisar coberturas policiais do jornal *O Globo*, Matheus identifica um recurso

comum nas reportagens da grande mídia que dizem respeito à violência urbana – a criação e atribuição de papéis aos personagens de suas construções. Não é incomum que os veículos jornalísticos materializem figuras quase arquetípicas aos causadores e às vítimas da violência, normalmente associando a fragilidade ao cidadão comum, e à figura do traficante a personificação do mal, dos agentes do caos responsáveis pelas crescentes e intermináveis ondas de violência denunciadas por manchetes em letras garrafais. Tal caracterização contribui para a consolidação de um imaginário popular que nomeia heróis, mártires e vilões.

Matheus vai ainda mais longe, considerando a mídia como instrumento de controle social que se vale do medo para enfatizar preconceitos raciais e de classe. O medo se originaria da sensação de vulnerabilidade experimentada pelas elites, oprimidas pela violência. Desta forma, os jornais contribuiriam para a produção de uma ideia indestrutível e inexorável de mal, projetada nas figuras sem rosto dos “traficantes, meliantes e vagabundos”. Dessa forma, é possível inferir que as narrativas do fantástico e do sensacional não são uma exclusividade do chamado “jornalismo popular”. Essa construção simbólica da figura do marginal – aquele que vive ao redor da civilização – denota um processo de estigmatização, principalmente do negro. De fato, o morador da favela inexistente como fonte nos veículos da grande mídia, e sua figura é apenas invocada quando associada ao papel previamente citado de intruso, cujas ações geram consequências para a homeostase dos centros, ou seja, para a vida dos cidadãos da elite. Seja na figura do traficante no jornalismo atual, ou na figura do comunista da década de 1960, antes e durante o golpe militar, a imprensa elege e nomeia de forma genérica o *mal* das sociedades.

Matthew Matsaganis e J. Gregory Payne (2005), ao pesquisarem o *modus operandi* da mídia tradicional ao lidar com crises geradoras de pânico (especialmente ataques terroristas), identificam também na imprensa norte-americana a separação entre o “nós” (os cidadãos americanos) e o “eles” (os imigrantes), e notam como a mídia alarga perigosamente o abismo existente entre os dois polos. “A criação de dois campos, o Bem e o Mal, eles e nós, é um instrumento retórico poderoso que as administrações usaram em inúmeras ocasiões, tanto aqui como internacionalmente” (p. 389, tradução nossa). Seja com o objetivo de identificar aliados e oponentes em conflitos ou distinguir membros dos eixos malévolos daqueles que escolhem a guerra em nome da liberdade, a mídia cria os papéis e permite que a própria arena pública decida quem irá desempenhá-los.

Eduardo Meditsch (2005), ao discutir a presença e a crucialidade das fontes no jornalismo, nota uma polarização na forma como as vozes são escolhidas pelos repórteres do telejornal de maior audiência no Brasil, o *Jornal Nacional*. De um lado, as fontes oficiais materializadas na forma de especialistas e representantes institucionais. Do outro, o cidadão comum, que geralmente serve para ilustrar a matéria, e que “dificilmente fornecem informações relevantes para a construção das notícias, mas estão fortemente presentes nelas” (p. 39). No caso das coberturas policiais, o autor constata que em 44% do material analisado a própria polícia é a voz sobressalente.

Como notam ainda Matsaganis e Payne (2005), a mídia é um ator-chave no processo de agendamento da sociedade, e, portanto, não está imune a ambiguidades, ameaças e situações ambientais problemáticas. O indivíduo na busca de compreensão sobre o que o rodeia volta sua atenção ao jornalismo, que, por sua vez, sente a urgência de garantir respostas ao seu público, buscando informações de fontes julgadas relevantes pela maioria dado o assunto em questão. Segundo os autores, uma verdadeira enchente de “especialistas” de *think tanks* ideológicos inunda as páginas de jornais nos mais variados eventos, em que se acotovelam para providenciar suas perspectivas. “O trabalho ético para a mídia torna-se portanto mais dificultoso, enquanto o número de fontes realmente críveis à sua disposição encolhe” (2005, p. 385, tradução nossa).

A voz do cidadão comum, no estudo de Meditsch, revela-se muito mais como um elemento cômodo ao enquadramento de uma reportagem do que de fato como expositora de opiniões contundentes e particularizadas. O “povo fala”, método preferido dos telejornais para “interação” com o público, nada mais é que um outro recurso de melodrama, em que as falas de três ou quatro pessoas servem simplesmente para corroborar com o argumento construído pela reportagem.

No caso da *Ponte*, cujas reportagens de cunho policial são predominantes na produção do canal, existe uma linha mais tênue. O veículo opta por hierarquizar suas fontes e colocar o minoritário e periférico no topo. As narrativas produzidas pela *Ponte* não dispensam a textualidade e a estrutura do jornalismo informativo, mas sua utilização das fontes e recursos narrativos mostra-se muito mais complexa.

De modo a compreender de que maneira o processo de produção noticiosa da *Ponte* diverge das estruturas das narrativas jornalísticas tradicionais, selecionamos 12 reportagens publicadas entre os meses de junho e julho de 2017 pelo veículo e empreendemos a identificação de

suas *fontes* (em ordem de aparição, de forma a evidenciar a hierarquização das personagens consultadas), *temas* (através da manchete e linha fina) e elementos de *subversão e transparência*. Por “subversão” compreendemos recursos incomuns em reportagens da imprensa majoritária presentes nos textos (traços de personalidade, autorreconhecimento e autoinserção do narrador, interpretações e opiniões do repórter, cenas descritivas dos locais ou fontes e uso de linguagem emotiva), e por “transparência” os momentos em que são descritos nos textos os meios de captação ou detalhes sobre o processo de apuração em si, recurso amplamente ausente nas notícias de meios jornalísticos mais tradicionais. Além de explicitar os métodos empregados e garantir instrumentos de aferição das produções, “a transparência contribui ainda para se sair de um certo círculo vicioso do chamado denunciismo que grassa na chamada grande imprensa, da inexistência da pluralidade das fontes, do uso excessivo de fontes em off e do chamado jornalismo declaratório, entre outros” (Maia, 2008, p. 132). A averiguação destas interações entre o processo do narrador e a forma como elas afetam a recepção da notícia mostra-se crucial para compreender o papel que a transparência desempenha na formação da consciência cidadã do leitor (idem).

Das 12 reportagens analisadas, seis pautam a violência e a repressão das instituições policiais, e quatro relatam agressões e abusos cometidos por agentes em presídios e casas de ressocialização. Há ainda uma reportagem sobre uma prisão efetuada injustamente, um assassinato impune e o perfil biográfico de uma ex-detenta. Das fontes consultadas para a construção das reportagens, 25 são fontes “da margem” (presidiários, detentos, usuários de drogas, moradores de comunidades periféricas, mulheres e minorias vítimas de opressão), dez são especialistas, quatro são fontes oficiais e oito seguem aos intertítulos “Outro lado” dentro das reportagens de denúncia – fontes que respondem pelos acusados, sendo eles muitas vezes assessores de imprensa ou advogados.

Pudemos verificar um total de 54 ocorrências em que elementos textuais de subversão ou transparência foram utilizados nas reportagens analisadas. Dezoito vezes ocorrem termos que indicam *narradores presentes* (uso da primeira pessoa no texto, uso de expressões que colocam o narrador na cena narrada e descrições físicas de cenas, objetos e sujeitos), sete vezes aparecem *interpretações dos narradores* (inferências pessoais e suposições) e em seis ocasiões são dispostas *opiniões dos narradores* (de cunho pessoal e alinhados à opinião editorial do veículo). A *linguagem emotiva* é utilizada uma

única vez. Quatro vezes ficam explícitos nos textos os *meios de captação* utilizados em uma reportagem e em 17 ocasiões os *detalhes do processo de apuração* são exibidos.

Os resultados demonstram que existe um equilíbrio na forma como as reportagens da *Ponte* são apuradas, pois como observado no *corpus* a ampla maioria dos textos consulta pelo menos uma fonte da margem, um especialista e um representante do “outro lado”: é importante salientar que em todas as reportagens em que o intertítulo citado anteriormente aparece ocorre uma das duas situações: ou o acusado é consultado e sua resposta é disponibilizada pelo veículo, ou não responde. No último caso, a *Ponte* disponibiliza integralmente as perguntas enviadas para cada uma delas, além de detalhes acerca do processo de consulta (horário em que as perguntas foram enviadas, por que não foram respondidas etc.). A esmagadora maioria das fontes consultadas para a confecção dos textos advém da “margem”, e a posição em que se encontra hierarquicamente nas estruturas das reportagens denota a preocupação da *Ponte* em dar ênfase às vozes minoritárias, não sendo incoerente com sua supracitada carta de apresentação.

Se como bem notou Letícia Matheus, o “*mal*” na imprensa de grande circulação é encarnado na figura fantástica do morador de favela, do “marginal”, na *Ponte* ele aparece como voz predominante. O residente da periferia que ocupa o espaço urbano, que transgride as delimitações da elite, deixa de existir como uma sombra anônima e ganha carne, sangue e, mais importantemente, voz. O “*mal*” se torna cidadão. Márcia Franz Amaral (2007) chama de “deformadas” as expressões de realidade criadas pelo cortejo diário entre as matrizes culturais racional (o jornalismo “sério”) e a dramática (o jornalismo sensacionalista) – nesse constante embate (ou cumplicidade), o jornal torna-se uma arena em que os indivíduos não são reconhecidos como sujeitos políticos, mas como personagens em histórias de altíssimo valor mercantil, justamente por servirem de chamariz a um público sedento pela mesma violência que tanto assombra o imaginário das cidades.

Reese (2007) nos lembra que, ao discutir-se conteúdos jornalísticos, predomina uma tendência em perguntar o quão “objetivamente” eles refletem a realidade. Para o autor, mesmo que a teoria do espelho não seja mais discutida com seriedade e que não haja mais dúvida de que as distorções no espelho sejam reais e frequentes em se tratando de notícias, é possível notar ainda no discurso dos profissionais das empresas jornalísticas tradicionais uma tendência sutil a posicionar-se de forma “neutra” por meio de recursos linguísticos, como a ex-

clusão do narrador, as mediações implícitas e uma aparente ausência de julgamento acerca dos acontecimentos narrados. Nas reportagens analisadas, a *Ponte* subverte expectativas ao valer-se de elementos de pessoalidade, descrições e interpretações individuais dos repórteres e até mesmo momentos de autoinserção narrativa. Argumentamos que, ao não negar sua presença e suas particularidades, os repórteres da *Ponte*, além de não prejudicarem a transmissão de informações de forma direta (dados, números, informações de consulta ainda são amplamente utilizados em todas as reportagens), contribuem para uma maior transparência na forma como as histórias são apresentadas.

Os resultados apontam que é possível construir um jornalismo comprometido com os diferentes lados de uma história sem optar por fontes oficiais em detrimento de sujeitos marginalizados, capaz de balancear a alta carga informativa de dados objetivos e as personalidades do trabalho do jornalista. A qualidade e a transparência dos textos da *Ponte*, produzidos em um contexto organizacional completamente distinto das grandes redações sobre as quais discorreremos no início do trabalho, indicam que “é possível pensar em uma cultura comunicacional mais efetiva, participativa e inclusiva” (Maia, 2008, p. 132), em que a averiguação e a fiscalização do verossímil poderia ser aplicada mediante valores globais do acesso público à informação.

## 5. Considerações finais

O processo de mercantilização da informação, em sua busca irrefreada por notícias que alcancem não apenas um grande público, mas alta rentabilidade, seria responsável pela deterioração da produção jornalística? Seria possível vislumbrar um cenário apocalíptico em que não existe mais o jornalista – com seu conjunto de práxis, normas éticas e ideais, mas, sim, um trabalhador da informação (Neveu, 2010), uma figura que não produz notícias, apenas as recicla? De acordo com Neveu, o ápice do processo de autocanibalismo midiático poderia forçar o poder público a desenvolver políticas próprias para fomento de agências como *A Pública* – ou, em um cenário obscurantista, o privilégio de informar-se pertenceria aos abastados que consumiriam as notícias “sem qualquer controle ou processamento crítico” (p. 44).

Nesses novos modos de narrar o real, na negação do instituto, na produção jornalística instituinte, emerge um panorama meta-crítico no próprio campo, seja na seleção das pautas que compõem

um mapa de valores desprivilegiados pelas coberturas convencionais, seja na adoção de formatos e culturas de trabalho que encarnam outras lógicas administrativas, ocasionando o que Eric Neveu denomina de “a volta aos jornalistas e ao jornalismo” (2010, p. 52). Como bem conclui o autor, “uma sociedade não é apenas um sistema de mercados; as sociedades humanas são também quebra-cabeças a serem compreendidos, com experiências diferentes a serem tornadas visíveis, injustiças a serem questionadas” (p. 53). Se narrativas jornalísticas críticas e humanizadas são possíveis – como mostra o trabalho da *Ponte* e outras iniciativas – crê-se, então, que o futuro das mídias oferece perspectivas às informações de qualidade, socialmente comprometidas e potencialmente transformadoras.

Para o jornalismo do futuro, faz-se necessário que as boas intenções de muitos profissionais que insistem na luta pelos valores da profissão se aliem às competências comunicativas demandadas pelo atual contexto de gestão da informação. A atividade jornalística da *Ponte* corrobora essa perspectiva de experiência crítica, em que novas fontes e vozes rompem com o círculo vicioso de algumas produções convencionais, sugerindo uma nova maneira de abordagem do contemporâneo. Essa experiência também explicita uma nova forma de organização dos profissionais, menos marcada por decisões mercadológicas e mais ocupada com a viabilidade de projetos coletivos financiados por modelos alternativos.

Nessa direção, destacamos que a cultura contemporânea de mídias, aqui articulada em torno da noção de midiatização, solicita novas posturas em relação à produção crítica de seu tempo. Entendemos que a criticidade deve ser resultado não apenas do trabalho histórico-dialético que significa o presente a partir de certo passado, mas também, pelo mesmo exercício em relação às possibilidades de um incerto, porém desejado futuro. Acreditamos que a crítica contemporânea, exercendo a difícil faculdade de se colocar como objeto de si mesma, deve se voltar não apenas para a externalidade de processos que lhe precedem, mas também, e fundamentalmente, em relação ao devir de uma sociedade em construção, feitas por brechas entre as quais o futuro se espreita na forma de possibilidades. Nesse tempo que ainda não é, esperamos falar desse lugar jornalístico sem denominá-lo “alternativo”, almejando que seus princípios sejam, na prática, reconhecidos como deontologia do ofício – fundamento que faz do jornalismo, jornalismo.

## NOTAS

- 1 Vale registrar que Eric Neveu (2010) não se restringe ao diagnóstico do campo, sugerindo cinco caminhos que podem ajudar os produtores da informação a enfrentar o processo de burocratização da profissão: utilização de recursos do apoio público, ampliação de experiências do chamado “jornalismo público”, uso das ciências sociais nesse processo, criatividade profissional a partir de novos gêneros e, por fim, a reabilitação do discurso crítico, questionador.
- 2 Recuperado de <https://ponte.org/contact/>.
- 3 Recuperado de <http://apublica.org/quem-somos/>
- 4 Recuperado de <https://ponte.org/contact/como-participar/>

## REFERÊNCIAS

- Amaral, M. F. (2007). Oh, meu Deus! Manchetes e singularidades na matriz jornalística melodramática. *Revista ECO-Pós*, 10(2), 113-127.
- Braga, J. L. (2006). *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. Paulus.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). Introdução: rizoma. *Mil platôs*, 1, 11-38.
- Deuze, M., & Witschge, T. (2015). Além do jornalismo. *Leituras do Jornalismo*, 2(4), 1-31.
- Neto, A. F. (2008). Fragmentos de uma «analítica» da midiaticização. *Matrizes*, 1(2), 89-105.
- Fígaro, R. (2013). Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação| E-compós*, Brasília, 16(1). Recuperado de <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view-File/855/649>
- Veiga França, V. E. R. A. (2014). Crítica e metacrítica: contribuição e responsabilidade das teorias da comunicação. *Matrizes*, 8(2), 101-116.

Klinenberg, E. (2005). Convergence: News production in a digital age. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 597(1), 48-64.

Leal, B. S. (2013). O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas. São Paulo, *Intermeios*, 25-48.

Maia, M. R. (2008). The rule of transparency: as an element of democratization in the journalism production process. *Brazilian Journalism Research*, 4(2), 119-138.

Matheus, L. C. (2011). *Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo*. Mauad Editora Ltda.

Matsaganis, M. D., & Payne, J. G. (2005). Agenda setting in a culture of fear: The lasting effects of September 11 on American politics and journalism. *American Behavioral Scientist*, 49(3), 379-392.

Meditich, E., & Segala, M. (2017). Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro. *PRISMA. COM*, (1).

Neveu, E. (2010). AS Notícias sem Jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror?. *Brazilian Journalism Research*, 6(1), 29-57.

Rancière, J. (2012). Paradoxos da arte política. *O espectador emancipado*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Reese, S. D. (2007). Journalism research and the hierarchy of influences model: A global perspective. *Brazilian Journalism Research*, 3(2), 29-42.

Ricoeur, P. (2010). *Tempo e narrativa: 2. A configuração do tempo na narrativa de ficção*. WMF Martins Fontes.

Silva, G.; de Lima Soares, R. (2013). Para pensar a crítica de mídias/ Critical thinking: an approach to media criticism. *Revista Famecos*, 20(3), 820-839.

Silva, G.; de Lima Soares, R. (2015). *Anais do XXIV Encontro anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós)*, Brasília. Recuperado de <http://compos.org.br/encontro2015/anais/>.

Silverstone, R. (2010). *La moral de los medios de comunicación sobre el nacimiento de la polis de los medios*. Amorrortu Editores.

Schmitz, A. (2011). *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Combook.

Ventura, M. M. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista SoCERJ*, 20(5), 383-386.

Veron, E. (2004). Imprensa escrita e teoria dos discursos sociais: produção, recepção, regulação. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos.

**Marta Regina Maia** é professora Associada I do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordena projetos de pesquisa sobre narrativas jornalísticas, na intersecção entre história, memória, crítica e midiatização. E-mail: [marta@martamaia.pro.br](mailto:marta@martamaia.pro.br).

**Rafael Drumond** é jornalista, mestre em Comunicação Social. Atualmente coordena o Jornal *A Sirene*. Pesquisa o campo da recepção midiática, narrativas jornalísticas e ficcionais, processos de midiatização social. E-mail: [rafael.drumond@yahoo.com.br](mailto:rafael.drumond@yahoo.com.br).

**Caio Macedo Rodrigues Aniceto** é estudante do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Foi bolsista PIBIC/CNPq entre 2014 e 2016. Pesquisa atualmente narrativas transmídia, jogos digitais e tecnologias da inteligência. E-mail: [cmraniceto@gmail.com](mailto:cmraniceto@gmail.com).

RECEBIDO EM: 28/04/2017 | ACEITO EM: 01/08/2017